

RECONHECIMENTO, CRISE E DIÁLOGO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL EM CHARLES TAYLOR

RECOGNITION, CRISIS AND DIALOGUE IN THE FORMATION OF PERSONAL IDENTITY IN CHARLES TAYLOR

Jean Rodrigo Pinheiro^I
Vitor Hugo dos Reis Costa^{II}

^IUniversidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões (URI), Santo Ângelo, RS, Brasil. Graduado em Filosofia. E-mail: jean.rodrigo.p@hotmail.com

^{II}Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando em Filosofia. E-mail: victordafilosofia@gmail.com

Resumo: O presente artigo quer trazer a pesquisa entorno do pensamento ético/político de Charles Taylor na compreensão das fontes da identidade pessoal. Para isso, a relação entre reconhecimento e identidade é fundamental na construção do self e no reconhecimento de sua originalidade. Reconhecer a identidade pessoal é um movimento contínuo que se desenvolve na troca dialógica, no espaço moral, numa formação positiva ou pela via negativa do reconhecimento da identidade. Por isso, o agente humano deve estar inserido no contexto social e reconhecer-se na cultura da comunidade como pertencente à mesma. O reconhecimento não se dá de forma monológica, isolado, mas pela troca, no diálogo do agente social com seus significantes humanos. Todavia, a identidade pessoal requer uma narrativa da pergunta “quem sou eu”, que é desvelada na medida em que o agente vai se relacionando no espaço social e se projetando. Por isso, reconhecer “quem sou” é narrar o “quem fui” e o “quem quero ser”. Reconhecer a identidade pessoal é reconhecer o seu lugar no mundo e, assim, ser o protagonista da própria história a partir daquilo que desenvolve em relação aos demais agentes sociais.

Palavras-chave: Identidade. Reconhecimento. Diálogo. Autenticidade.

Abstract: The present article wants to bring the research around the ethical / political thinking of Charles Taylor in understanding the sources of personal identity. For this, the relation between recognition and identity is fundamental in the construction of the self and in the recognition of its originality. Recognizing personal identity is a continuous movement that develops in dialogical exchange, in moral space, in a positive formation or by the negative way of recognizing identity. Therefore, the human agent must be inserted in the social context and recognized in the culture of the community as belonging to it. Recognition does not occur in a monological way, isolated, but by exchange, in the dialogue of the social agent with its human signifiers. However, personal identity requires a narrative of the “who am I” question, which is unveiled as the agent interacts in social space and projects. So to recognize “who I am” is to narrate “who I was” and “who I want to be”. To recognize the personal identity is to recognize its place in the world and, thus, to be the protagonist of the history itself from what it develops in relation to the other social agents.

Keywords: Identity. Recognition. Dialogue. Authenticity.

<http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v21i1.2988>

Processo de avaliação: *Double Blind Review*

Submetido em: 23.02.2019

Aceito em: 09.04.2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Considerações iniciais

Colocar-nos-emos a olhar o caminho percorrido de nossas próprias vidas. Poder-se-ia contar esta jornada de vida, uma narrativa histórica que tende a dizer quem sou, como sou, de onde venho, para onde vou e o porquê desta. A narrativa histórica da jornada de minha vida requer um reconhecimento das questões que agora levantamos para um projeto que visa à realização, não plena, mas parcial daquilo que sou e quero ser. O reconhecimento parte da intimidade do eu consigo mesmo. Ao ver-me existente e cheio de potencialidade reconheço-me como ser potencial capaz de interpretar as peripécias de minha vida. Porém, esta interpretação do eu e do mundo não acontece de forma isolada, silenciosa, egoísta, mas realiza-se na comunidade por um processo dialógico de convivência.

A perspectiva desta reflexão leva em conta o agente humano que se reconhece como tal e adentra na sociedade para pertencer-se num projeto de realização pessoal e comunitária. Porém, como podemos ver a positividade deste adentrar pela via do reconhecimento?

Na filosofia contemporânea, o termo reconhecimento tem sido usado como parâmetro normativo de justiça¹. Este conceito de reconhecimento vem no linear da história da filosofia remontando primordialmente o pensamento de Hegel, a partir da luta por reconhecimento, na famosa dialética do senhor e do escravo². Sendo assim, tanto senhor quanto escravo se reconhecem um no outro e necessitam um do outro para a realização social. Todavia, não há para a prática social uma necessidade de autoconservação, conforme a máxima estoica, mas uma luta pelo reconhecimento que instaura a necessidade da vida em relação a outrem.

Vale ressaltar que o reconhecimento proposto por Taylor visa a formação da identidade do agente. É um processo de autoconsciência de si, colocado sob a avaliação constante de si mesmo e do outro, permeando à comunidade. Por isso, não é uma inferência egoísta, capaz de satisfazer um ego narcisista, mas, muito mais, um colocar-se na comunidade e reconhecer-se como partícipe desta, desprendendo-se, muitas vezes, de si e se realizando na prática de uma vida autêntica em comunidade, local de significação social.

Sendo assim, para Taylor, estamos vivendo numa era da autenticidade que provoca ao agente o despertar da sua própria identidade pessoal que, de forma intimista, gera uma cultura da autenticidade. Tal momento histórico é defasado pelo que o filósofo canadense intitula de mal-estares modernos: o individualismo, a razão instrumental e a perda da liberdade.

1 Autenticidade e os mal-estares modernos

Na capacidade do agente humano visar à identidade pessoal e, nesta, a autenticidade, Charles Taylor analisa e conclui que o homem contemporâneo desliza por entre meio a uma crise social e existencial. Os “Três Mal-estares modernos” são o resultado deste processo de

1 Para esta percepção de conhecimento normativo de justiça, ver: TAYLOR, 2010, p. 350.

2 Ver HEGEL, 1992.

crise e desencanto do mundo. Estes “mal-estares”, o autor expõe como fontes de preocupação para a realização de uma autoconsciência de ideal humano, ou autenticidade³.

Na busca por esse ideal de ser humano autêntico, os males que nos impedem de desenvolver uma autorrealização condensam-se basicamente na constatação de um individualismo aguçado, que força o desejo narcisista de reconhecimento. Sendo este um impulso narcisista, tendem a usar uma razão instrumentalizada, na qual afirmam as suas relações humanas em ‘custo/benefício’. Em tudo isso, a perda da liberdade é a resposta final, que, analogicamente representando, as pessoas trancam-se em uma “jaula de ferro” do seu próprio *self*, omitindo-se adentrar no mundo real do convívio com a sociedade⁴.

Com a primazia do homem enquanto ego pensante na modernidade, Taylor preocupa-se com os impactos sociais e morais, que este pensamento introduz no contexto contemporâneo. A problemática do individualismo exalta certa obscuridade de relações, da qual se diz desencadear um retrocesso no desenvolvimento humano. Pode-se observar que, no decorrer da história, o homem esteve atrelado a papéis sociais, que o mantinha atento a autenticidade e reconhecimento enquanto cumprimento do seu papel social. A realização do eu como identidade, enquanto sujeito voltado a um convívio social, extrapola a autorrealização social. Claro que parte do reconhecimento de si, mas o desejo é a busca por algo maior⁵, que o faz elevar o próprio ser, significando-se na sociedade.

Nota-se, agora, o importante papel da alteridade na vivência social, como forma de romper com o processo individualizante. Mas o mal que a individualidade concede não está ligado à capacidade de escolher, que cada indivíduo possui e nem na certeza de ser único, mas sim às escolhas que o tornam individualista, rompendo com o seu papel social. Sendo assim, desencadeiam-se vários fatores que inviabilizam o convívio na sociedade. Um destes fatores é o relativismo quanto ao jargão: “cuide de sua vida que eu cuido da minha”. “O relativismo é em si uma ramificação de uma forma de individualismo” (TAYLOR, 2011, p. 23), pois, com a grande necessidade de cada um fazer o que bem entende, a autorrealização torna-se uma postura individualista e relativa a cada pensamento isolado⁶.

Todavia, o autor quer colocar o homem, não como um indivíduo que se realiza em plena ação consigo mesmo, isolado, individualizado (ante), mas enraizado à significação social,

3 Ver mais no Capítulo primeiro de *A ética da autenticidade*, de Charles Taylor.

4 “Estes, então, são os três mal-estares modernos de que quero tratar neste livro. O primeiro medo é sobre o que poderíamos chamar de perda do significado, o enfraquecimento dos horizontes morais. O segundo diz respeito ao eclipse dos propósitos diante da disseminação da razão instrumental. E o terceiro é sobre a perda da liberdade” (TAYLOR, 2011, p. 19).

5 “Tal perda de propósito [desejo de algo maior] estava ligada a um estreitamento. As pessoas perderam a visão mais abrangente porque se centraram na vida individual. [...] O lado sombrio do individualismo é o centrar-se em si mesmo, que tanto nivela quanto restringe nossa vida, tornando-a mais pobre em significado e menos preocupada com os outros na sociedade” (TAYLOR, 2011, p. 13 - 14).

6 “Todo mundo tem o direito de desenvolver a própria maneira de viver, fundamentada no próprio sentido do que é realmente importante ou de valor. As pessoas são convocadas a serem verdadeiras consigo mesmas e a buscar a própria autorrealização, em que isso consiste, cada um deve, em última instância, determinar por si mesmo. Nenhum outro pode ou deve tentar ditar seu conteúdo” (TAYLOR, 2011p. 24).

sabendo que o sentido de seu viver não está apenas em si mesmo, mas nas relações com seus significantes. Ora, o que seria do homem sem suas relações sociais?

Se por um lado deve-se partir do autoconhecimento⁷ para a realização pessoal, por outro lado necessita-se encontrar pelo reconhecimento, a participação de algo maior, um bem comum, ou, na visão de Taylor, a autenticidade natural⁸ do homem.

Taylor sustenta que as pessoas costumavam se ver como parte de uma ordem maior. Essa ordem dava significado ao mundo, e as coisas que nos circundavam não eram apenas pensadas como matéria-prima. Diz o autor que, há pelo menos dois séculos, vêm se debatendo sobre isso, sobre a falta de sensação que as pessoas têm de haver algo maior, algo pelo qual valha a pena morrer. Taylor afirma que o individualismo acaba por gerar o que denomina “desencantamento do mundo”; a ordem maior perdeu seu encanto (BELTRAMI, 2012, p. 231).

Se a perda do encantamento pela vida, ou da dimensão heroica, como afirma Taylor, nos isola da autenticidade, o ser humano precisa necessariamente romper com o processo individualista para conseguir buscar o que, do homem, é natural. Um pensamento individualista juntamente com a perda do encanto pelo mundo abre espaço ao segundo mal-estar observado por Charles Taylor, que é a decadência social pautada sobre uma *razão instrumental* que corresponde “[a]o tipo de racionalidade em que nos baseamos ao calcular a aplicação mais econômica dos meios para determinado fim. Eficácia máxima, a melhor relação custo-benefício, é sua medida de sucesso” (TAYLOR, 2011, p. 14).

Com o processo da revolução industrial, o ser humano acostumou-se a enfrentar as coisas como matérias-primas, potencializadas numa mão de obra para um produto final. O problema encontrado por Taylor é que quando se coloca a relação custo-benefício nas relações sociais, reduzem-se as pessoas, com a qual convivem, a um simples objeto. Esta relação faz do sujeito um potencial “matéria-prima”⁹ para um produto final. Assim, a sociedade comporta-se de maneira a relacionar-se por interesse e não mais pelo bem maior da autenticidade.

Vê-se, desse modo, ao analisar a crescente demanda de produtos descartáveis, eletrônicos, produtos que rapidamente perdem o seu caráter de moderno ou necessário. E se a análise for para o campo das tecnologias, nota-se que há um grande pensamento acerca das necessidades tecnológicas. A grande demanda de novos produtos infere ao homem uma necessidade de consumo, seja para suprir certa carência emocional, ou ainda para manter o *status* social.

Desta forma, o consumismo entra com toda a força na identidade do agente moderno. “Essa sensação de ameaça é aumentada pelo conhecimento de que tal primazia não é apenas uma questão de uma orientação talvez inconsciente para a qual somos estimulados e atraídos pela era moderna” (TAYLOR, 2011, p. 17). A necessidade de um bem maior vem, novamente,

7 O autoconhecimento enquanto busca pela autenticidade. Este chega ao ideal autêntico de ser humano.

8 A *autenticidade natural* vai ao encontro do pensamento agostiniano, que quer encontrar Deus dentro do próprio ser, descobrindo-se num processo de autoconsciência.

9 “O critério que doravante se aplica é o da razão instrumental. De maneira similar, uma vez que as criaturas que nos cercam perdem o significado que lhes foi atribuído de acordo com seu lugar na cadeia dos seres, elas podem ser tratadas como matéria-prima ou instrumentos para nossos projetos” (TAYLOR, 2011, p. 14).

apontando para a saída da instrumentalização da razão. Ora, se há uma coerência de persuasão, a capacidade de firmar-se no seu ideal autêntico é o que corresponde aos nossos primeiros passos de liberdade. Mas esta liberdade, como a de verdadeiros humanos despojados de ilusões consumistas e/ou dependências descartáveis, voltados ao viver comum e à realização pessoal do eu.

Assim afirma o autor que, através da análise da *Jaula de ferro*¹⁰, o agente não se encontra preso ou dependente de tais forças instrumentalistas do mundo. O ser humano é capaz de adquirir sua liberdade ao romper com estas forças. Já que não é possível reduzi-lo a tais parâmetros de sustentação vivencial. Dizer que há uma prisão é, de certa forma, um erro. O que está acontecendo é um declive nas fontes morais humanas, sendo que estas fontes morais são distorcidas com culturas impostas de instrumentalização de ações, desejos e necessidades, colocando o homem à beira dum esgotamento de ideais de autenticidade.

A consequência disso, para Taylor, é “uma cultura do narcisismo” e do individualismo de autorrealização, onde há negligência com relação a restrições externas, sejam elas históricas, sejam elas sociais e naturais, que se entendam prejudiciais à autorrealização, bem como a significativa amplitude com que se dispensam essas causas externas prejudiciais, com a conseqüente centralização na realização do indivíduo. Ocorre, aqui, um *atomismo* social. Tem-se, então, uma forma de individualismo de autorrealização e uma instrumentalização da razão. Taylor sustenta estarem ligados a um sentimento de “nós mesmos”, como razão potencialmente desengajada, puro intelecto, de pensamento autônomo e autogerador (BELTRAMI, 2012, p. 232).

Com uma razão instrumentalizada e um grande individualismo, têm-se temidas conseqüências na área da política, o qual vai ao encontro da perda de liberdade. Num processo individualista, acomodado pela mecanização do pensamento, a capacidade de escolher aquilo que lhe é realmente necessário para o seu bem-estar, ou, simplesmente para a vida, torna-se algo como influenciado diretamente pelo sistema. As pessoas perdem a capacidade de uma deliberação acerca das ações humanas. Os pilares morais agem moderadamente como leis fúteis, desinteressando o sentido ético que possui por bagagem.

Entretanto somos inundados pelo sistema industrializado¹¹ a pensar de acordo com os parâmetros do custo-benefício. Há uma bagagem estrutural que também nos colocam voltados contra a uma inclinação natural, onde o ser humano é capaz de realizar as suas escolhas sem processos de influências mecanizadas. Basta apenas voltar os olhos às construções de nossas cidades, exigindo um transporte, seja público ou particular, ou ainda, o uso quase que necessário de internet tanto nas relações empresariais quanto nas relações humanas de construção afetiva.

10 Teoria elaborada por Max Weber para explicar o aprisionamento do homem moderno às suas necessidades tecnológicas.

11 “[...] as estruturas e instituições da sociedade industrial e tecnológica restringem severamente nossas escolhas, que elas forcem tanto as sociedades quanto os indivíduos a atribuir um peso a razão instrumental que, em uma deliberação muito séria, nós jamais atribuíamos, e que pode ser até altamente destrutiva” (TAYLOR, 2011, p. 18).

Além deste sentimento de incapacidade de escolha, Taylor observa que o homem está se afundando, como um processo político, num regime que torna o governo uma ‘babá’ de seus cidadãos. Isso é a causa do que anteriormente foi discutido acerca do consumismo. De fato, as tecnologias vêm proporcionando um bem-estar social. O problema é que este bem-estar gera um comodismo¹².

Na visão de Christopher Lasch (1932)¹³, filósofo que influenciou o pensamento de Charles Taylor, há uma cultura de massa (herança da revolução industrial) que atenta ao consumo cômodo o qual impede a autoconfiança e, na linguagem de Taylor, a autenticidade:

Os arranjos sociais que sustentam um sistema de produção em massa e o consumo de massa tendem a desencorajar a iniciativa e a autoconfiança e a incentivar a dependência, a passividade e o estado de espírito do espectador, tanto no trabalho como no lazer. O consumismo é apenas a outra faceta da degradação do trabalho – a eliminação da diversão e da habilidade artesanal do processo de produção (LASCH, 1986, p. 19).

Também com a influência de Alexis de Tocqueville (1805)¹⁴, Taylor argumenta acerca do sistema de governo pautado no despotismo¹⁵, do qual tem-se regulado por um governo “moderado” e “paternalista”. Sendo assim, o governo é aquele que simplesmente atende às necessidades básicas do povo, com interesse apenas no poder, já que o que realmente o seu povo quer é a sustentação cômoda de suas necessidades¹⁶.

Se o governo, voltado ao sistema paternalista, tem a necessidade de interferir no pensamento do agente humano, a razão de viver dependente de toda e qualquer força de vontade da parte do sistema dominante, a forma autêntica do *self* tem total perda de sentido, excluindo, dessa forma, a liberdade de agir, enquanto agente potencial com escolhas que o eleve ao modo maior de sobrevivência.

Como principal via de saída para uma liberdade e busca pela autenticidade, Taylor propõe um autorreconhecimento da identidade originária, o qual faz com que o eu, pelas avaliações, autoconhecimento e reconhecimento do seu projeto de vida, alcance o seu *self* original. Apenas neste modo encontra-se a liberdade com a qual a autenticidade se torna algo possível e alcançável. Assim, o reconhecimento do outro focado para a originalidade do *self*, implica na realização autêntica do eu. Porém, este reconhecimento pode ser positivo ou negativo, sendo causa de muitas malformações da identidade do indivíduo.

12 “Diria Alexis de Tocqueville: ‘indivíduo fechado em seu próprio coração’”. (TAYLOR, 2011, p. 18).

13 Historiador norte-americano, moralista e crítico social.

14 Visconde de Tocqueville, dito Alexis de Tocqueville foi um pensador político, historiador e escritor francês. Tornou-se célebre por suas análises da Revolução Francesa.

15 Sistema de governo fundado no poder de dominação sem freios (FERREIRA, 1988).

16 “Talvez algo como essa alienação da esfera pública e a conseqüente perda do controle político estejam acontecendo em nosso mundo altamente centralizado e politizado. [...] se é assim, o que corremos o risco de perder é o controle político de nosso destino, algo que poderíamos exercer em comum como cidadãos. É isso que Tocqueville chama de “liberdade política”. O que está ameaçada aqui é nossa dignidade como cidadãos” (TAYLOR, 2011, p.19).

2 O reconhecimento formador da identidade

Sabemos que, em Taylor, o agente humano é formado na comunidade a partir das suas relações com os seus significantes, visando o reconhecimento da autenticidade do *self*. Esta formação está engendrada num conjunto de fontes morais que validam a forma de conduta de determinado grupo ou comunidade voltado ao universal humano, sem deixar de lado a valorização da diferença. É justamente nisto que consiste o pensamento tayloriano: a formação do indivíduo requer o reconhecimento do igual valor de dignidade do homem, juntamente com o seu próprio modo de ser, sua identidade única e constitutiva com a comunidade.

A proposta de pensamento ético/político tayloriano requer a necessidade de reconhecimento à singularização de um sujeito que possui uma base universal. Por isso, o respeito à dignidade universal do agente tende à valorização da diferença de cada um, já que o que define o homem são suas capacidades peculiares de ser, sendo assim, suas escolhas, ações, aspirações, projetos e, principalmente, sua história.

A história, para Taylor, é a base do reconhecimento da identidade do agente. É no linear da jornada de vida que encontramos algo concreto para a definição do sujeito como tal. Esta definição pode estar atrelada a fatores sociais como uma cultura do descarte, do individualismo, do pensamento industrial e instrumental, da normatização de pensamento que aprisiona. Enfim, é no contexto social que se desenvolve a peculiaridade de cada agente humano.

Vale lembrar que, para Taylor, o conceito de identidade individual pretende significar o modo como uma pessoa se define, isto é, o conjunto de características fundamentais que fazem dela um ser humano e isso não acontece caso não exista um conjunto importante de valores que a constituem e que cada ação possa ser levada em conta segundo o seu valor moral e não apenas pelo simples fato de se pode decidir livremente sobre sua execução ou não. É justamente neste sentido que, quando o agente humano encontra valores comuns que os definem e os ajudam a formar as suas próprias identidades, formam-se grupos, associações e comunidades que verdadeiramente os expressam e também os caracterizam (ANDRADE, 2013, p. 173).

Certamente podemos afirmar que o mundo em que o agente humano vive é necessariamente dependente da comunidade com a qual ele compartilha as suas vivências. Reconhecer o pertencimento a esta comunidade é deixar-se imbuir de significados e formar identidade, pela língua e pela história que cada indivíduo compartilha nela. Aí o sujeito elabora uma forma singular de ser e partilhar um horizonte de sentidos, valores, projetos que contribuem para a formação do seu *self*.

Por isso a moralidade e a identidade estão intimamente relacionadas, ao ponto de criarmos uma hierarquia de bens e valores, voltados ao próprio jeito de pensar, gostar, projetar e ser. Além disso, a constituição da identidade é dinâmica e dialógica e, por isso, ser reconhecido e reconhecer o outro se tornam ponto culminante para a formação das identidades dos agentes e de uma cultura.

Na obra *Hegel: Sistema, Método e Estrutura*, Charles Taylor comenta, a partir do pensamento hegeliano, que o reconhecimento mútuo é necessário para o reconhecimento de si mesmo. Reconhecer o outro é adentrar num autorreconhecimento e, neste, a luta pelo reconhecimento é naturalmente uma dialética social:

A dialética do senhor e do escravo, a saber, de que os seres humanos buscam e necessitam do reconhecimento dos seus semelhantes. O sujeito depende da realidade exterior. Para que ele esteja plenamente em casa, essa realidade exterior deve refletir para ele o que ele é (TAYLOR, 2014, p. 180).

Na medida em que o sujeito visa o reconhecimento do outro, encontra no outro o si mesmo, ou seja, o sujeito encontra em outros seres humanos na medida em que estes o reconhecem como um ser humano. Assim,

essa é a real concretização da consciência de si, porque ela é real “unidade de si-mesma em seu ser-outro” (*Einheit seiner selbst in seinem Anderssein*) (FE, p. 142; PhG, p. 140). É por isso que a rota rumo ao reconhecimento pelo ser humano de que o inverso não é outro passa pelo drama do reconhecimento mútuo, o primeiro e básico reconhecimento de si mesmo nos outros. E a rota para o reconhecimento mútuo também passa pelo reconhecimento universal, [...]. E é por isto que este reconhecimento mútuo nos conduz a realidade do *Geist* (TAYLOR, 2014, p. 181).

Para Taylor, o reconhecimento mútuo está na fonte da política do reconhecimento igualitário. É reconhecendo a digna igualdade dos agentes que reconhecemos e somos reconhecidos como seres humanos. Ou seja, colocar-se na comunidade é colocar-se à mercê do reconhecimento de ser um agente participativo e igual a outros. Porém, sabendo que há o que nos iguala enquanto seres humanos, mas também há a singularidade de cada indivíduo que, resgatando o pensamento hegeliano, vivemos numa constante luta por reconhecimento. E esta luta passa por um forte processo de contradição, do eu com o outro.

Necessário se faz lembrar a dialética do senhor e do escravo comentada por Taylor:

Hegel começa a dialética da consciência de si com a famosa dialética do senhor e do escravo. A contradição que está em sua base é a seguinte: Os seres humanos empenham-se por obter reconhecimento, pois só desse modo podem obter a integridade. Porém, o reconhecimento tem de ser mútuo. O ser, cujo reconhecimento devotado a mim conta para mim, tem de ser do tipo que eu posso reconhecer como ser humano. Por isso, a operação do reconhecimento recíproco é do tipo que efetuamos juntos. Hegel diz que cada qual efetua para si mesmo aquilo que o outro tenta efetuar em relação a ele. Meu interlocutor me vê como um outro, mas um outro que não é forâneo, que é uno consigo mesmo; mas esse cancelamento do meu ser-outro é algo que eu igualmente tenho de ajudar a efetuar (2014, p. 181).

Assim, em Hegel, encontramos este reconhecimento mútuo, que visa o reconhecimento da própria consciência de si. Porém, quando este reconhecimento é tratado de forma pouco desenvolvida, ou até mesmo rudimentar, cria-se um estágio de discordância e contradição. Esta contradição, para Hegel, é fundamental na dialética do senhor e do escravo para uma luta por reconhecimento.

Todo o ser humano luta pelo seu reconhecimento, que está sempre em relação ao outro. Esta relação é entendida, em Hegel, como relação de servidão. Na luta travada ente dois sujeitos, o reconhecimento por ser de tal forma egoísta e insatisfatória a ponto de um sujeito provocar a morte do outro. Todavia, a morte do outro não é a saída. Como vimos, o agente está em formação com seus significantes, num contexto social. Se o outro morre, o reconhecimento primeiramente almejado, não será encontrado pela ausência do outro. Então um dos lados desta luta sede a submissão do outro. O senhor cria poder sob o escravo. Assim, o escravo reconhece o senhor para criar a sua consciência de si. Já o senhor, e aí entramos o problema dessa luta, não se reconhece no escravo, pois já não depende dele para tomar autoconsciência do mundo. O senhor é colocado por entremeio aos “sub-humanos”. Para o escravo, o reconhecimento do senhor é importantemente fundamental e visa uma realização, pelo trabalho como fonte de integridade e pelo medo eminente de morte. Já para o senhor, o fracasso é eminente. Igualmente, essa luta é fundamental para a consciência de si.

Esta é a influência de Hegel no pensamento tayloriano. A constante luta por reconhecimento reformula aquilo que podemos pensar sobre a identidade pessoal. Cada agente almeja este reconhecimento. Porém, nos ateremos agora a rever o quanto o reconhecimento errôneo pode ser crucial na má formação da constituição do *self*.

3 Reconhecimento errôneo e o diálogo formadores da identidade

Como podemos observar até aqui, a busca constante pelo ideal de autenticidade, ou seja, pela identidade pessoal que singulariza o agente humano no meio social faz necessariamente do reconhecimento fonte fundante da identidade. Para Taylor, as duas vias por onde o agente humano busca este reconhecimento, como vimos, requerem a constância da capacidade de diálogo com significantes. Pelo diálogo dinâmico, cada qual confere o reconhecimento e, de forma recíproca, recebe reconhecimento.

Para o plano íntimo, privado, do agente, a necessidade de reconhecimento se dá pelos significantes que estão mais próximos do sujeito na realidade íntima de sua vida. Estamos a todo o momento dependendo da aceitação e do reconhecimento das pessoas em nossas relações mais íntimas. Para isto, por exemplo, o diálogo contínuo com nossos pais requer a sugestão do reconhecimento como fonte, seja na tentativa de seguirmos seus exemplos, seja discordando deles. Ou ainda, os relacionamentos amorosos¹⁷ são cruciais no desenvolvimento

17 “E quanto aos nossos relacionamentos? Podemos vê-los como instrumentais às nossas realizações e, portanto, fundamentalmente como tentativas? Aqui a resposta é mais fácil. Certamente não, se eles também formarão nossa identidade. Se as intensas relações de auto exploração serão formadoras de identidade, então não podem ser, por princípio, tentativas – embora possa *alas*, de fato romperem-se – nem meramente instrumentais. As identidades na realidade mudam, mas a formamos como a identidade de uma pessoa que viveu parcialmente e vai completar essa vivência. Não defino uma identidade para ‘eu em 1991’, mas, em vez disso, tento dar sentido a minha vida como foi e como eu a projeto mais adiante com base no que ela foi. Minhas relações definidoras de identidade não podem ser vistas, teórica e adiantadamente, como dispensáveis e destinadas a substituição. Se minha auto exploração assume a forma de tais relacionamentos em série e em princípio temporários, então não é minha identidade que estou explorando, mas alguma modalidade de diversão” (TAYLOR, 2011, p. 60).

do quem somos, já que há sempre a necessidade de reconhecer no outro o seu respeito e a sua diferença particular, ao mesmo tempo em que necessito deste reconhecimento do outro. Tudo isto por que não conseguimos nos afastar totalmente da influência que estas pessoas, nas relações íntimas, exercem sob nossas ações.

Por isso, para Taylor, “o devido reconhecimento não é uma mera cortesia que devemos conceder às pessoas. É uma necessidade humana vital” (2000, p. 242). Sendo uma necessidade humana vital, pode ocorrer que venha ser avassalador à vida do sujeito. Desta forma o filósofo canadiano afirma:

A tese é de que nossa identidade é moldada parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento *errôneo* por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível (2000, P. 241)

Sendo o reconhecimento errôneo também formador de identidade, esta pode ser fonte de opressão, já que ressaltará numa negação da identidade original do sujeito. Assim, agir de forma a dar um reconhecimento negativo do sujeito, ou negá-lo, é corroborar para que o agente não possa autodescobrir seu jeito peculiar de ser, e engendrar-se a partir de uma história de vida falsa. “O não reconhecimento ou reconhecimento errôneo pode causar danos, pode ser uma forma e opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora” (TAYLOR, 2000, p. 241).

Pode-se pensar aqui muitos exemplos de reconhecimento errôneo ou não reconhecimento, porém, a partir de Taylor, o feminismo, a questão dos negros pelo racismo e dos indígenas são exemplos históricos de não reconhecimento.

Para algumas feministas, o não reconhecimento do valor humano da mulher, numa sociedade patriarcal, imbuíu no pensamento de muitas mulheres uma imagem depreciativa de si mesmas fazendo com que a realização de vida fosse pautada sob uma baixa-auto-estima das suas ações na sociedade. Assim, o mesmo discurso se usa para a população negra e indígena (principalmente nas Américas). A opressão de uma sociedade “branca” sobre a inferioridade dos escravos¹⁸. Também ainda, a superioridade dos colonizadores ao povo indígena como ‘incivilizados’.

Nesse modo de ver o reconhecimento gera uma imagem de autodepreciação na identidade histórica do agente humano, e torna o não reconhecimento ou reconhecimento errôneo forte instrumento de opressão¹⁹.

Entretanto, a reciprocidade de um reconhecimento que seja fundamentalmente constitutivo de uma identidade é absolutamente essencial para um ideal de autenticidade.

18 Uma extensa análise sobre estes fatores do feminismo, do racismo e dos indígenas, encontra-se no capítulo intitulado *A Política do Reconhecimento*, na obra *Argumentos Filosóficos*, de Charles Taylor.

19 “No âmbito dessas perspectivas, o reconhecimento errôneo ou o não reconhecimento não se limita a faltar ao devido respeito, podendo ainda infligir uma terrível ferida, aprisionando suas vítimas num paralisador ódio por si mesmas” (TAYLOR, 2000, p. 242).

A necessidade do reconhecimento requer um espaço dialógico social. Para isto, a formação da identidade se dá no contato dialógico com os significantes, pela equidade e recíproco reconhecimento e respeito do outro, na sua dignidade e na sua diferença.

No reconhecimento de quem somos, de nossa identidade, a linguagem tem caráter fundamental para o ser humano. Para Taylor, a linguagem ganha mais que um significado de expressão; um amplo espaço filosófico onde podemos vislumbrar a própria capacidade de comunicar e interpretar, a si mesmo e aos outros²⁰. Por isso, pela linguagem, o homem ganha a capacidade de expressar a si mesmo, ou seja, de comunicar sua identidade àquilo que lhe é de mais peculiar e autêntico. Neste sentido, Araújo comenta que:

A linguagem é o elemento estratégico para se compreender a construção das articulações significativas que consistem a tomada de decisões de um agente humano diante das questões ético-políticas que ocorrem no espaço público. [...] Antes de ter qualquer significado terapêutico, a linguagem tem função filosófica de redescrever as práticas dos agentes, para que saibam se orientar em suas articulações significativas no seio da vida ético-política (2004, p. 24).

Se a linguagem é o que favorece ao homem a interpretação de si e do outro, e esta está inserida numa relação entre indivíduo e sua cultura, então, para Taylor, o diálogo entre indivíduos é fundamental para reconhecer a identidade que é própria do agente. Esta identidade está em constante relação com o outro, por meio do diálogo e, sendo assim, os horizontes significativos da compreensão do *self* estão em torno da relação dialógica²¹ que comungamos na comunidade.

Assim, é a linguagem sem seu caráter instrumental²² que o homem ganha a capacidade de expressar a si mesmo, desvelando o seu *self* originário e se inserindo na comunidade. Por isso, “definimos nossa identidade sempre em diálogo com as coisas que nossos outros significantes desejam ver em nós – e por vezes em luta contra essas coisas” (TAYLOR, 2000, p. 246). O que Taylor quer dizer aqui é que na relação social com aqueles, primeiramente, que estão mais próximos de nós vamos moldando nosso jeito de ser e aprendendo a interpretar nossas próprias ações, que se dão na sociedade e interpretada dialogicamente. Para isso, não é à toa que busquemos constantemente amigos com os quais podemos conversar, ou ainda, a intensa procura por psicólogos, padres, líderes religiosos (etc).

Notemos que a necessidade de narrar a história de minha vida, ou de buscar a interpretação dos outros sobre os atos próprios de mim mesmo é comum entre os agentes humanos e vital

20 “A característica comum da vida humana que quer evocar é o seu caráter fundamentalmente *dialógico*. Tornamo-nos agentes humanos completos, capazes de entender nós mesmos e, portanto, de definir uma identidade através de nossa aquisição de linguagens humanas ricas de expressão” (TAYLOR, 2011, p. 42).

21 Para Araújo, esta relação visa um jogo de interpretação, fundamental para a construção da identidade: “A interpretação de si mesmo possibilita aos agentes se voltar para a construção da identidade, que aparece como aquilo que está em jogo em termos interpretativos. Em outras palavras, é no jogo das diversas interpretações articuladas pelos agentes no espaço sociocultural que se constrói a identidade” (ARAÚJO, 2004, p. 24).

22 Para Taylor a linguagem, por mais que seja um instrumento da comunicação humana, não deve ser instrumentalizada a ponto de perder o seu “centro de gravidade” que advém da própria natureza humana. Para mais entendermos a linguagem instrumental, ver *Language and human nature*, de Charles Taylor.

para a busca de autenticidade e realização pessoal. Para isso, a linguagem se desenvolve em cada contexto social de forma a adquirir linguagens comuns de expressão humana singular.

Tornamo-nos agentes humanos plenos, capazes de nos compreender a nós mesmos e, por conseguinte, de definir nossa identidade, mediante a aquisição de ricas linguagens humanas de expressão. Para meus propósitos aqui desejo tomar a linguagem no sentido amplo, cobrindo não só as palavras que falamos, mas também outros modos de expressão por meio dos quais nos definimos, incluindo as ‘linguagens’ da arte, do gesto, do amor, etc. Mas aprendemos esses modos de expressão por meio de intercâmbios com outras pessoas. As pessoas não adquirem as linguagens de que precisam para autodefinirem a si mesmas. Em vez disso, somos apresentados a essas linguagens por meio da interpretação com outras pessoas que tem importância para nós. A gênese do espírito humano é, neste sentido, não monológica, não algo que cada pessoa realiza por si mesma, mas dialógica (TAYLOR, 2000, p. 246).

Torna-se evidente aqui que a identidade é reconhecida pelo diálogo nas relações humanas na sociedade. Ou seja, a identidade é dialogicamente formada na comunidade²³. Todavia, o processo de autointerpretação é dado naturalmente pelo desenvolvimento do agente, sendo a vontade de ser alguém num espaço social base da busca pela identidade, o que viabiliza esta interpretação é a própria liberdade do agente ser alguém singular, diferente, único.

Por isso, não é à toa que Taylor propõe uma constante retomada às fontes do *self*, interpretando quais as significações culturais originárias do próprio indivíduo. Estas fontes servem para compreendermos as articulações e rearticulações que cada indivíduo vai realizando no decorrer de sua vida social. As impressões são moldadoras da identidade, e isto realça de significado a vida do sujeito. Para isto, Charles Taylor conclui que:

[...] minha descoberta de minha identidade não implica uma produção minha de minha própria identidade no isolamento, significa que eu a nego por meio do diálogo, parte aberto, parte interno, com o outro. Eis porque o desenvolvimento de um ideal de identidade gerada interiormente dá uma nova importância ao reconhecimento. Minha identidade depende crucialmente de minhas relações dialógicas com os outros (2000, p. 248).

Contudo, a identidade pessoal é formada pelo reconhecimento ou sua ausência num processo dialógico na comunidade. Tal forma de pensar leva o autor a corroborar para uma ética comunitária, onde os valores permeiam a identidade singular de cada agente engendrada numa identidade comunitária, formadora de cultura. Sendo assim, ao voltar às próprias fontes da identidade do sujeito é que reconhecemos o papel da comunicação na formação da identidade. Para isso, o agente humano não se desenvolve num processo de autodescoberta se não se insere como participante de uma comunidade, de um contexto de vida, de uma história.

23 A identidade pessoal “nós a definimos sempre em diálogo, por vezes em conflito, com as identidades que nossos outros significativos querem reconhecer em nós. E, mesmo quando superamos alguns dos últimos – nossos pais, por exemplo – e eles somem de nossa vida, a conversa com eles continua em nós pelo tempo que vivemos. Logo, a contribuição de outros significantes, mesmo quando acontece no início de nossa vida, continua considerável” (TAYLOR, 2011, p. 43).

Considerações finais

São os fatores norteadores do próprio pensar do agente como pessoa humana: sua história de vida singular e comunitária, suas fontes morais, seus valores, motivações e projetos, suas relações amorosas, familiares e fraternais e, finalmente, o reconhecimento de si mesmo e dos outros. A identidade pessoal é reconhecida quando deixamo-nos reconhecer por aquilo que de nós é próprio. A pergunta “quem sou eu” é respondida pela narração do “quem fui”, “o que quero ser”, o “que penso”, o “que gosto”, “como gosto”, o “que deixo que pensem de mim”, “como e onde estou” e “por que estou”.

Se a capacidade de pensar sobre minha própria existência foi-me dada, então por que não viver autenticamente visando à felicidade e a realização de uma vida que é intensamente partilhada e comunicada para o bem de mim e daqueles a quem reconheço como importantes?

Finalizando esta reflexão, pode-se dizer que muito há ainda o que investigar e aprofundar. Porém, o que aqui foi apresentado pode servir como uma introdução à filosofia ético-política do reconhecimento na intimidade relacional do agente humano, a partir de Charles Taylor.

Referências

ANDRADE, Alysson Assunção. *A política do reconhecimento em Charles Taylor*. 2013. 210 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Filosofia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE, Belo Horizonte.

ARAÚJO, Paulo Roberto M. de. *Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento*. Edições Loyola. São Paulo, 2004.

BELTRAMI, Fábio. Charles Taylor: a ética da autenticidade. *Revista Conjectura*, Caxias do Sul, v. 17, n. 1, jan./abr. 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.

LASCH, Christopher. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. Trad. João Roberto Martins Filho. Brasília: Brasiliense, 1986.

TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. Tradução de Talyta Carvalho. São Paulo: É Realizações, 2011.

TAYLOR, Charles. *Argumentos filosóficos*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. *Hegel: sistema, método e estrutura*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: É Realizações, 2014.

TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. Tradução de Nélcio Schneider e Luiza Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2010.